



## **Sobre branquitude, branqueamento, o passado e o tempo presente.**

*About whiteness, whitening, the past and the present time.*

---

**Elenice de Paula**

<https://orcid.org/0000-0001-7711-6384>

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

<http://lattes.cnpq.br/5248790070793256>

[paulaelenice2815@gmail.com](mailto:paulaelenice2815@gmail.com)

*A Redenção de Cam*, de 1985, obra do artista espanhol Modesto Brocos, exposta no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, nos exhibe parte do pensamento da época no que corresponde aos efeitos e expectativas sobre a miscigenação no Brasil. A partir da obra podemos evidenciar sobre parte dos pressupostos que sustentavam a busca por branquear a população brasileira em que, em uma tela nos sugere três tempos: passado, presente e futuro, marcados pela presença da população negra no território nacional, mas, que, gradativamente, a criança ao colo, branca, representa o futuro que está por vir, afastando-se de tudo que remetesse à história, experiências, e quiçá a valorização da população negra.

A obra resenhada, *Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil*, de Janaína Bastos, parte dessas discussões. E não por acaso, a referida obra do artista espanhol serve como capa do livro, não meramente para fins ilustrativos, mas como parte de todo o processo crítico e reflexivo que nos convida a compreender e observar como cinquenta tons de racismo – talvez até mais que isso – configuram o cotidiano brasileiro. Para isso, Bastos recorre a discursos, livros, cartas, legislações, obras de arte, dentre tantas outras produções no Brasil que nos auxiliam para o entendimento do assunto.

Janaína Bastos é graduada em pedagogia, especialista em Educação para as Relações Étnico-raciais, mestra e doutora em Educação pela Faculdade de Educação (FE) da Universidade de São Paulo (USP). *Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil*, lançado pela Editora Matriz, em 2023, trata dos resultados obtidos em sua tese de doutoramento e organizado para o formato livro. Distribuída em três partes, a obra levanta reflexões oportunas para observarmos historicamente a configuração social brasileira a partir dos marcadores sociais de raça, em especial o negro, branco e a mestiçagem, essa que, a partir das observações da autora, atravessam distintas situações que ora são mais excludentes que outras, devido a predominância da branquitude.

Partindo da compreensão e problematização da branquitude como meio que irá operacionalizar as relações sociais no Brasil, em especial do acesso, conquista ou negação à direitos sociais, políticos, civis, assim como da configuração hierárquica instituída no país, Bastos percorre no tempo para nos sinalizar como, desde a conquista portuguesa, as relações



sociais foram atravessadas por marcações em torno da pele e, como isso caracterizou o imaginário social brasileiro sustentado pela branquitude. Para a autora, “a branquitude é uma forma de privilégio racial e, ao mesmo tempo, central no imaginário sobre raça em nossa sociedade. Suas consequências implicam todas as pessoas, estejam elas conscientes ou não delas” (Bastos, 2023, p, 13).

Distribuída em três capítulos, “*Arqueologia racial brasileira*”, primeiro da obra, demanda a maior parte das reflexões contidas no livro. Distribuído em três tópicos que abarcam discussões sobre mestiçagem, degeneração e as tendencia polarizantes, as reflexões que integram o capítulo cumprem ao que sugeriu em buscar traçar uma arqueologia racial no Brasil. Ou seja, as relações sociais excludentes a partir das marcações em torno da raça foram sendo gestadas historicamente, desde o contato com o colonizador e, na medida que novos contornos foram sendo tomados, a branquitude ainda prevalece de forma privilegiada tanto no imaginário como na estrutura social.

Bastos, ao refletir sobre a mestiçagem no Brasil destaca que, antes da vinda de africanos ao território brasileiro, a valorização de uma suposta superioridade da chamada “raça branca” já era evidenciada nas relações entre indígenas e portugueses. A colonização que foi agindo de forma ativa no domínio territorial, remodelando as relações indígenas, principalmente na imposição do modelo político, econômico, religioso, educacional, cultural do colonizador, ou seja, na forma de ser e viver, do saber e do poder, foram estruturadas a partir da lógica colonialista. Logo, distanciar-se de uma identidade indígena tanto marcava uma tentativa de ajuste ao modelo português, como gerava uma individualidade que fragilizava laços de solidariedade. Assim, quanto mais internalizado os costumes europeus, como o próprio casamento entre portugueses e indígenas originando os mamelucos – sem contar daqueles oriundos de estupro –, constituíram um grupo de pessoas que passavam a serem vistas como brancas. Segundo a autora, a efeito disso, esse entendimento contribuiu para os portugueses ampliarem o domínio territorial, principalmente pelo fato de que as rivalidades entre grupos indígenas foram utilizadas pelo colonizador como uma forma de ampliar o domínio territorial como delimitar distinções baseadas na branquitude.

Conforme a autora, “o processo de branqueamento constituía uma possibilidade para a população mestiça, o qual não ocorria simplesmente em função das características



fenotípicas, mas também a partir das alianças estabelecidas e da ascendência” (Bastos, 2023, p. 25). Todavia, sendo a branquitude uma forma de delimitar e usufruir de privilégios, como destaca Bastos, “não significa que esses mestiços seriam plenamente integrados pelos portugueses, mas sim reconhecer que um processo de branqueamento já se encontrava em curso, a serviço do colonialismo” (Bastos, 2023, p. 25). Por conta disso, conforme os apontamentos da autora, vai se delineando no Brasil tentativas de distribuir a população a partir da distinção por meio de categorias raciais sustentadas por hierarquias, essas ainda mais evidentes com a vinda da população africana. Segundo Bastos, os brancos usaram de forma estratégica a branquitude como uma suposta integração do indígena ao mundo português – logo privilégios da branquitude –, pois, “por representar a possibilidade de usufruir de concessões e direitos, enquanto identificação com os grupos indígenas e africanos pressupunha um lugar subalterno na sociedade” (Bastos, 2023, p. 35).

Discussão ampliada no segundo tópico do capítulo, quando se desdobram reflexões para o entendimento das relações étnico-raciais no Brasil, a partir da independência. A configuração de um país visto como jovem marcava o rompimento com o domínio territorial português. Contudo, as marcas da colonialidade permaneceram – e ainda permanecem –, principalmente no que corresponde a busca das tentativas de afastar o país da presença africana, principalmente no pós-abolição, quando o país vislumbrava por seguir o ideal de governo, política, sociabilidade, justiça, dentre outros, espelhado ao molde europeu.

A presença da população negra no Brasil tanto serviu como *modus operandi* para reforçar a branquitude por meio de distintos discursos e práticas, dentre eles da interpretação que a mistura entre as raças marcaria o processo gradual de branqueamento da população brasileira, em que o mestiço seria visto como parte desse processo. Como em distintas ações sustentadas por correntes de pensamento, tais como as baseadas no darwinismo social, e de suas reverberações no cotidiano brasileiro. A exemplo disso, Bastos destaca como distintos intelectuais da época sustentavam suas ideias a partir da inferiorização da população negra em comparação aos brancos. João Batista Lacerda, (1846-1945), que esteve a frente do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva evolucionista, desenvolveu pesquisas que visam estudar os indígenas, por exemplo, como forma de justificar um processo supostamente evolutivo. A partir dos estudos de Lacerda, por exemplo, a



mestiçagem foi vista como um mecanismo para branquear a população brasileira. Como destaca Bastos, “pode-se inferir que o reconhecimento da predominância mestiça no país seria uma das razões que fizeram esses intelectuais insistirem no branqueamento como solução, de maneira a não descartar totalmente o mestiço” (Bastos, 2023, p. 41).

Assim, com o avançar dos estudos e das estratégias de branqueamento, principalmente em controlar o possível avanço da população negra em espaços e posições de poder compreendidos como restrito aos brancos, discursos, legislações, literatura, sistema judiciário, medicina, obras de arte, tal como a de Brocos, foram sendo instituídas como forma de conter os degenerados, como era compreendida a população negra. Essa concepção marca os efeitos da colonização. Uma lógica de entendimento e explicação de mundo sustentada pela valorização do branco – e branquitude – em que a colonialidade podem ser observadas nas mais diversas instâncias, como na própria historiografia, a exemplo de Gilberto Freyre, e seus impactos na estrutura no pensamento historiográfico e educacional.

No terceiro item, Bastos reflete sobre parte das ações desenvolvidas junto do Projeto Unesco, que, dentre os objetivos buscou financiar estudos para o entendimento das relações étnico-raciais no Brasil, a autora destaca como a categorização por meio de marcações entorno das nomenclaturas da cor, principalmente do uso do termo pardo, atingiram de forma negativa na configuração das relações sociais no Brasil. Logo, o mestiço atua como aquele entre o branco e o negro, mas que ora tende para conquista de direitos, por exemplo, ora para a ausência deles. Dentre as observações de Bastos, recorre aos estudos de Florestan Fernandes e Roger Bastide, também decorrente da Unesco. Segundo a autora, tendo em vista tentativas de compreender sobre como a branquitude operacionaliza a interdição entre ser branco ou negro, a autora perpassa as observações de Fernandes e Bastide e destaca como, algumas vezes, são atravessadas as linhas de cor. Segundo Bastos, “a possibilidade de ser integrado ao mundo branco se tornaria uma aspiração por parte desses indivíduos, o que poderia implicar a ruptura de laços com os negros, por meio de tentativas de esconder as origens” (Bastos, 2023, p. 64). A efeito disso sustentaria o racismo, pois, segundo a autora, “valendo-se inclusive do preconceito contra os mais pretos como forma de manter a aparência, isenta da mestiçagem” (Bastos, 2023, p. 64).



No segundo capítulo “*Branquitude*”, Bastos explora a discussão como forma de fortalecer as reflexões anteriores. Ao partir do entendimento de que “a ideia de branquitude pode ser compreendida como a experiência vivenciada pelos indivíduos que usufruem do privilégio racial branco, que influencia como eles percebem a realidade” (Bastos, 2023, p. 83). Assim, a configuração histórica sustentada pela branquitude agiu de forma excludente e em benefício dos brancos. Contudo, sendo o país marcado pela mestiçagem, principalmente das tentativas de afastamento do pertencimento/reconhecimento enquanto negro, ou de traços da negritude, agem como reforço da branquitude, principalmente quando a tonalidade da pele vai delimitar espaços, direitos, inclusões ou exclusões, por exemplo.

Em diálogo com estudos de Cida Bento e Lia Vainer Schucaman, Bastos afirma que sujeitos brancos vivem experiências distintas da população não branca, logo, ao terem suas trajetórias marcadas pelo privilégio terão formas distintas de perceber a branquitude, principalmente de compactuarem com ela ou não. Para isso, junto da metáfora da porta de vidro exposta por Edith Piza, nos leva ao entendimento de que, a branquitude age como uma zona de conforto entre privilégios e as exclusões, violências, dentre outras situações e experiências excludentes da população não branca, separadas por um vidro, em que se sabe da porta devido a maçaneta. A branquitude nem sempre é percebida pelos indivíduos brancos. Para autora, a tomada de consciência é como um acidente em bater na porta, “gerando no sujeito surpresa, dor, vergonha e indignação por não perceber a realidade, mesmo diante dos indícios dela” (Bastos, 2023, p. 89) que irá implicar na ruptura, ou, tomada de consciência dos privilégios.

Em continuidade com as discussões, “*Pardo: um lugar nenhum*”, terceiro capítulo da obra, Bastos percorre sobre essa posição inserta dos sujeitos denominados como pardos. E, de que em alguns momentos, essa incerteza serve como estratégias para tentativas de usufruir melhores condições sociais. Segundo a autora, branquear a população é uma das tentativas de afastar suas identidades como pertencentes a população negra, isso age de forma racista muitas vezes firmando-se, inclusive, como branco. Para a autora, “a classificação de pardo pode ser adotada como nomeação que não pertence necessariamente ao grupo negro, mas sim como parte de uma zona intermediária entre o branco e o negro” (Bastos, 2023, p. 108). Diante disso, as observações de Bastos destacam que, “conforme o



contexto e as condições de vida, os sujeitos podem se identificar com a branquitude” (Bastos, 2023, p. 108). Para a autora, essa identificação contribui para alimentar as exclusões, assim como distanciar o entendimento do racismo como decorrência da branquitude, pois, como indica Bastos, os sujeitos vão “usufruindo de determinados privilégios relativos que os impelem a conceber o racismo como um problema do outro, do negro, ou ainda padecer a dolorida trajetória de se identificar como negro, nem sempre com a garantia de ser reconhecido no cotidiano como parte desse grupo” (Bastos, 2023, p. 108).

Para tanto, a leitura de *Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil*, insere-se como uma obra de grande contribuição aos trabalhos de distintas áreas que se dedicam sobre o tema. Ao movimentar-se sobre os mais de 500 anos de início do projeto de colonização e, por consequência dos efeitos disso na colonialidade do ser, saber e poder, os estudos de Bastos é de fundamental importância para compreendermos a construção da branquitude, de seus rearranjos e efeitos no tempo, formas oportunas e necessárias para nos orientarmos para a construção de novos mundos, sentidos e oportunidades livre da branquitude.

**Resenha submetida em 13/10/2024, aceita em 01/05/2025 e publicada em 20/12/2025.**

